

2014

Relatório de Gestão de Riscos

Este trabalho apresenta estudos técnicos com o objetivo de ampliar a divulgação da informação no âmbito da Instituição, contribuindo para a gestão de risco.



Sumário

INTRODUÇÃO	3
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	3
GESTÃO DE CAPITAL	4
GESTÃO DE RISCOS	10
I RISCO OPERACIONAL.....	10
II RISCO DE MERCADO.....	12
III RISCO DE LIQUIDEZ.....	15
IV RISCO DE CRÉDITO	16
1. Carteira de Financiamento Imobiliário	16
2. Carteira de Aplicações Financeiras.....	22
V CONCLUSÃO	23

INTRODUÇÃO

As Instituições Financeiras vêm lidando com um ambiente em que há interesse crescente dos supervisores quanto à metodologia de adequação de capital, voltada a assegurar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

A Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX), por estar equiparada às instituições financeiras e a outros agentes, vem desenvolvendo metodologia abrangente e completa de reconhecimento dos riscos a que está sujeita, representada por práticas que visam a assegurar o ajuste de capital em patamar suficiente para absorver as situações de risco inseridas nas operações.

O Modelo de Gestão da POUPEX tem como premissa a valorização do gerenciamento por processos, que possibilita análise e melhoria sucessivas e assegura a continuidade das atividades por parte das Unidades Técnico-Administrativas (UTA), tendo como base o atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e a utilização de boas práticas de gestão e governança.

A cultura de riscos e conseqüente controle vêm sendo disseminados reiteradamente no ambiente institucional, buscando ampliar o nível de conscientização dos empregados, cujas orientações estão inseridas na Diretriz da Presidência e nos normativos internos que regulam as operações, principalmente quanto ao envolvimento com práticas que evitem a ocorrência de situações indesejáveis.

Este relatório discrimina essas práticas e respectivos resultados relacionados à gestão de risco, estando segregado em duas partes: a primeira, relacionada à Gestão de Capital; e a segunda, à Gestão de Riscos, nas categorias Operacional e Financeira (Mercado, Crédito e Liquidez).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

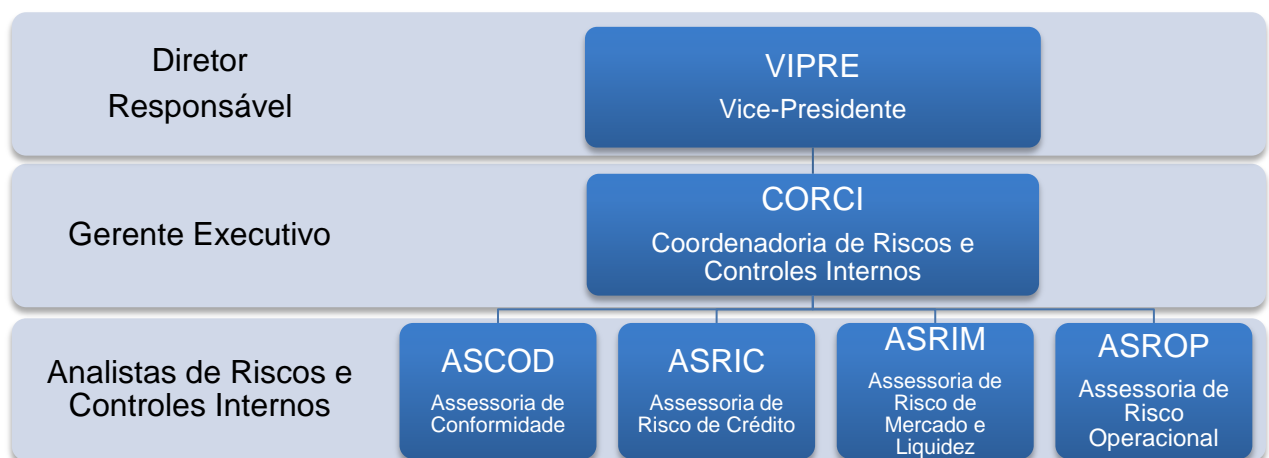
O vice-presidente da POUPEX é o Diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.

Vinculada diretamente à Vice-presidência (VIPRE), e segregada das demais Unidades Técnico Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT), a Coordenadoria

de Riscos e Controles Internos (CORCI) é a responsável pelo Gerenciamento de Capital e dos Riscos, bem como pela coordenação do Sistema de Controles Internos - SCI.

Entretanto, vale ressaltar que todas as UTA estão comprometidas em estabelecer dispositivos que permitam a identificação e mitigação dos riscos na sua área de atuação, mantendo a CORCI informada quanto aos ajustes nas operações e procedimentos correspondentes.

A figura a seguir ilustra a estrutura estabelecida pela Instituição para a execução do gerenciamento de riscos e coordenação dos controles internos.



Em sua composição, a CORCI dispõe de equipe especializada em tratamento de controles internos, gerenciamento de capital e gerenciamento dos riscos (operacional, crédito, mercado e liquidez), agindo com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.

Ao identificar eventos de riscos, essa área atua junto aos Gestores visando a incrementar metodologias de mitigação, contribuindo para a adoção de procedimentos de controle e a confecção de relatórios que subsidiarão a Governança na tomada de decisões.

GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, no sentido de avaliar a eventual necessidade de aporte para fazer frente aos riscos a que a instituição está

sujeita, além de permitir planejamento de metas considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Em atendimento à Resolução Nº 3.988, do Banco Central (Bacen), referente ao Gerenciamento de Capital e às determinações de Basileia III, a abordagem na POUPEX é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera, com o objetivo de manter uma base de capital consistente e superior ao mínimo exigido pelo regulador.

A Instituição vale-se de uma estrutura específica responsável pelo acompanhamento e monitoramento, constituída pela CORCI, responsável pela coordenação, e pela Consultoria de Gestão Organizacional (COGEO), ambas vinculadas diretamente à VIPRE.

A Gestão de Capital é realizada para suportar o crescimento planejado dos negócios e cumprir com os requerimentos regulatórios no âmbito do plano anual de capital aprovado, como mostrado nos quadros a seguir:

Patrimônio de Referência (PR)

Base de Cálculo - em R\$ mil	Período		
	2015	2016	2017
Patrimônio de Referência Nível I	728.866	811.439	912.585
Capital Principal (CP)	728.866	811.439	912.585
Reserva de Capital	729.836	812.409	913.555
Ajuste a Valor de Mercado	970	970	970
Sobras ou Lucros acumulados	-	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-	-
Capital Complementar (CC)	-	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	728.866	811.439	912.585

Parcela de Exposições Ponderadas por Fator de Risco (RWA_{CPAD})

Exposições ao Risco/RWA _{CPAD} - em R\$ mil	Período		
	2015	2016	2017
FPR 10 ou 20%	492.919	538.015	581.997
FPR 30 ou 50%	1.102.140	1.204.914	1.319.849
FPR 50 ou 100%	166.324	165.232	164.754
Valor da Parcela do FPR/EPR	1.761.383	1.908.161	2.066.600

Ativo Ponderado por Risco (RWA)

Exposições ao Risco - em R\$ mil	Período		
	2015	2016	2017
Patrimônio de Referência (PR)	728.866	811.439	912.585
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.014.305	2.184.674	2.369.389
RWA _{CPAD} p/ Risco de Crédito	1.761.383	1.908.161	2.066.600
RWA _{MPAD} p/ Risco de Mercado	6.629	5.565	4.719
RWA _{JUR 1}	-	-	-
RWA _{JUR 4}	6.629	5.565	4.719
RWA _{OPAD} p/ Risco Operacional	246.293	270.947	298.069
Valor da RBAN	54.487	53.535	53.137
Margem/Insuficiência (PR-(RWA*0,11)-RBAN)	452.805	517.590	598.815

Ativo Permanente – Limite

	Período		
	2015	2016	2017
Patrimônio de Referência (PR)	728.866	811.439	912.585
Limite (PR x 0,5)	364.433	405.720	456.292
Situação (Ativo Permanente)	55.855	44.726	33.000
Margem	308.577	360.993	423.293
Índice de Imobilização (Situação/PR)	7,66%	5,51%	3,62%

Margens de Requerimento Relativas ao RWA

	Período		
	2015	2016	2017
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.014.305	2.184.674	2.369.389
RBAN	54.487	53.535	53.137
Limite (RWA + RBAN)	2.068.792	2.238.209	2.422.525
Margem (PR - RWA*0,11 - RBAN)	452.805	517.590	598.815

Índice de Basileia (IB)

	Período		
	2015	2016	2017
Índice de Basileia	36,18	37,14	38,52
Índice de Basileia - AMPLO (RBAN)	35,23	36,25	37,67
Índice de Capital Principal (ICP)	36,18	37,14	38,52
Índice de Nível I (IN-1)	36,18	37,14	38,52

A construção dessas premissas dá-se pelo atendimento aos normativos referentes ao gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito, conforme estipulado pelas Resoluções Nº 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09, respectivamente, e circulares vinculadas, todas do Banco Central.

Em complemento às resoluções acima mencionadas, há ainda as de Nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do detalhamento da metodologia para a definição das parcelas de gerenciamento de capital necessárias para fazer frente a tais riscos. Nelas são abordadas as regras de apuração do Patrimônio de Referência – PR e também do RWA - Ativo Ponderado por Risco, tendo a POUPEX mantido base de capital preventivamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio.

O PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, utilizando-se dos critérios do Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A adequação do Patrimônio de Referência (PR) da instituição é acompanhada mensalmente pelo Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), conforme Instrução de Preenchimento do órgão regulador, o que permite definir estratégias para equilibrar a relação entre o capital disponível e o mínimo requerido.

O PR - Patrimônio de Referência equivale ao somatório do Nível I e Nível II, sendo o Nível I constituído por duas parcelas, a de Capital Principal e a Complementar, englobando elementos que demonstrem capacidade efetiva de absorver perdas durante o funcionamento da instituição financeira. O Nível II constitui-se de elementos capazes de absorver perdas em caso de ser constatada a inviabilidade do funcionamento da instituição.

O quadro a seguir apresenta os níveis e a evolução da composição do Patrimônio de Referência (PR) e seus detalhamentos, obedecidos aos critérios previstos na Circular Nº 3.678/13:

Detalhamento do Patrimônio de Referência PR - Nível I e Nível II	dez-13	dez-14
Patrimônio de Referência Nível I	553.162	652.413
Capital Principal (CP)	553.162	652.413
- Reserva de Capital	553.162	653.383
- Ajuste a Valor de Mercado	-	970
- Sobras ou Lucros acumulados	-	-
- Contas de Resultado Credoras*	-	-
- Contas de Resultado Devedoras*	-	-
Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	553.162	652.413

*Observar que para a data-base de dezembro a exposição deve ter como referência o documento de balanço.

A partir de 2013 o PR da POUPEX apresentou alteração na metodologia de apuração, desconsiderando a utilização dos recursos de poupança, conforme orientado pela Resolução Nº 4.192/13. O crescimento em relação ao exercício anterior corresponde a 17,94%.

O próximo quadro apresenta a evolução na composição da Parcela de Exposições Ponderadas por Fator de Risco (RWA_{CPAD}) no mês de dezembro/14, segmentadas por fatores de risco, em obediência à Circular Nº 3.678/13:

Fator de Ponderação de Risco - FPR	dez-13	dez-14
FPR 10 ou 20%	437.631	484.077
FPR 30 ou 50%	762.385	877.281
FPR 50 ou 100%	197.415	131.857
Valor da Parcela do FPR/EPR	1.397.431	1.493.215

As contas deste grupo destinam-se à demonstração da apuração do valor RWA_{CPAD} (Ativo Ponderado pelo Risco de Crédito Padronizado), que corresponde aos valores de ativo ponderados por fatores mitigadores de risco e de conversão.

A evolução do Ativo Ponderado por Risco (RWA) da instituição encontra-se demonstrada a seguir, conforme estabelece a Circular Nº 3.678/13:

Compatibilização do PR com o RWA	R\$ mil	
	dez-13	dez-14
Patrimônio de Referência (PR)	553.162	652.413
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.648.975	1.724.966
RWA_{CPAD} p/ Risco de Crédito	1.397.431	1.493.215
RWA_{MPAD} p/ Risco de Mercado	31.325	7.868
RWA_{OPAD} p/ Risco Operacional	220.220	223.883
Valor da RBAN	53.105	55.263
Margem/Insuficiência $(PR - (RWA * 0,11) - RBAN)$	318.669	407.404

O RWA da POUPEX manteve crescimento regular, impactado pelas parcelas referentes aos riscos de Crédito e Operacional, conforme evidenciado acima. Os critérios de apuração são definidos pela Resolução Nº 4.193/13 e regulamentações posteriores, que considera o somatório das parcelas de patrimônio exigido para a cobertura das exposições aos diversos tipos de riscos, obedecendo à seguinte fórmula:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD}$$

Onde,

RWA_{CPAD}	Parcela relativa às exposições aos ativos ponderados pelo risco de crédito.	Risco de Crédito
RWA_{CAM}	Parcela relativa às exposições em ouro, moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.	Risco de Mercado
RWA_{JUR}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação.	
RWA_{COM}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities).	
RWA_{ACS}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação.	
RWA_{OPAD}	Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.	Risco Operacional

O cálculo do RWA_{OPAD} ocorre semestralmente, considerando-se os três últimos anos. Para esse cálculo, a POUPEX adotou o Indicador Básico, conforme mensagem eletrônica Nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26.05.2008, para atender aos requisitos de Basileia, bem como às determinações do Órgão Regulador.

No Brasil, o Índice de Basileia (IB) é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o PR e os ativos ponderados pelo risco, percentual válido até o exercício de 2015.

Acerca do IB, a ilustração abaixo apresenta a evolução de sua composição média, com base no mês de dezembro/14 na POUPEX, considerando a métrica anterior àquela estipulada pela Circular Nº 3.678/13, já que a Instituição aguarda definição do órgão regulador para enquadramento de suas operações, sob o aspecto de apuração do PR.

Índice de Basileia - IB	dez-13	dez-14
IB - ÍNDICE DE BASILEIA	33,55	37,82
IB - AMPLO (RBAN)	32,50	29,29
ICP - ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL	33,55	37,82
IN-1 - ÍNDICE DE NÍVEL I	33,55	37,82

Em 2014 a POUPEX registrou o valor médio de 37,82%, enquanto a média dos bancos de pequeno porte, utilizados como referência comparativa de mercado, foi de 30,34%, segundo RiskBank (informações de Set/2014).

GESTÃO DE RISCOS

I RISCO OPERACIONAL

A sofisticação crescente do ambiente de negócios e a aplicação de melhores práticas corporativas tornaram obrigatória para as Instituições, inseridas no mercado, a adoção de uma política de gestão de riscos.

Esta gestão consiste num processo conduzido pela Instituição com a finalidade de identificar eventos com potencial e capacidade de afetá-la e administrar os riscos de

forma a mantê-los compatíveis com o apetite determinada pela governança, possibilitando garantia razoável no alcance de seus objetivos.

Para isso, procura-se incorporar as melhores práticas de gerenciamento de riscos à cultura e aos processos operacionais, trabalhando de forma contínua na conscientização dos empregados para a identificação de possíveis riscos e a adoção de controles para evitá-los, com reflexos na melhoria tanto na prevenção de incidentes como nas possíveis perdas resultantes.

Diante desse processo, a POUPEX tem criado rotinas que visam a identificar os riscos em diversos contextos operacionais e em todos os níveis, de forma constante e interativa, o que tem permitido a mitigação dos riscos e sua prevenção.

Tais ações têm contribuído para a melhoria dos controles e propiciado segurança à governança corporativa, e às partes envolvidas, com base mais sólida, na tomada de decisões e execução do planejamento.

O resultado deste esforço tem sido satisfatório na promoção e implementação de estratégias que objetivam o alcance da missão da instituição, em particular, quanto ao acesso à casa própria e a seus produtos e serviços, fornecendo segurança e confiança aos seus clientes.

Nos normativos internos constam diretrizes de atuação aprovadas pela Alta Administração que, em consonância com a visão e os valores da Instituição, possibilitam que o gerenciamento dos riscos disponibilize apoio eficaz, com o intuito de observar se os processos estão alinhados com os objetivos estabelecidos pela Governança.

Sistematicamente, a Gestão de Risco Operacional identifica, analisa e trata ocorrências de clientes externos junto à Ouvidoria, busca os fatores relacionados à ausência de empregados ao trabalho por acidente, em parceria com a área de pessoal, verifica os reflexos de registros contábeis e sistemas, e atua na melhoria dos processos das operações e atividades, entre outros.

Após o Mapeamento dos Processos e Inovação de Melhorias, tornou-se possível o acompanhamento, sob o enfoque de Risco Operacional, das atividades relacionadas no referido trabalho, com vistas a identificar os controles que se apresentam pertinentes, viabilizando assim o alcance de melhorias contínuas.

Ao se verificar alguma ocorrência, elabora-se relatório mencionando o nível de exposição a riscos, identifica-se o tipo para dar o tratamento correspondente e, assim, evitar a reincidência.

Sobre Perdas Patrimoniais, observam-se os procedimentos estabelecidos nos normativos, identificando o enquadramento quanto às baixas, depreciações e doações dos bens.

Apesar dos progressos, o empenho tem sido continuado no sentido de aprimorar e implementar, de forma efetiva e perene, uma cultura de transformação e conscientização acerca do gerenciamento dos riscos na Instituição.

Na busca desse objetivo, a CORCI vem prestando apoio na difusão dessa cultura por meio de palestras para os empregados, bem como reuniões com o Sistema de Controles Internos, com a participação de gestores, obtendo-se resultados satisfatórios na mitigação dos riscos.

II RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição.

	Acumulado - 2014	
	CDI	Custo Poup.
1º Trim	2,40%	1,65%
2º Trim	2,51%	1,64%
3º Trim	2,72%	1,70%
4º Trim	2,76%	1,71%
Ano	10,81%	6,87%

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado da POUPEX estabelece políticas e estratégias específicas, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis aceitáveis pela instituição.

Esta estrutura é compatível à natureza das operações realizadas, à complexidade dos produtos e à dimensão da respectiva exposição a esse tipo de risco, abrangendo tanto a carteira disponível para negociação como as demais posições.

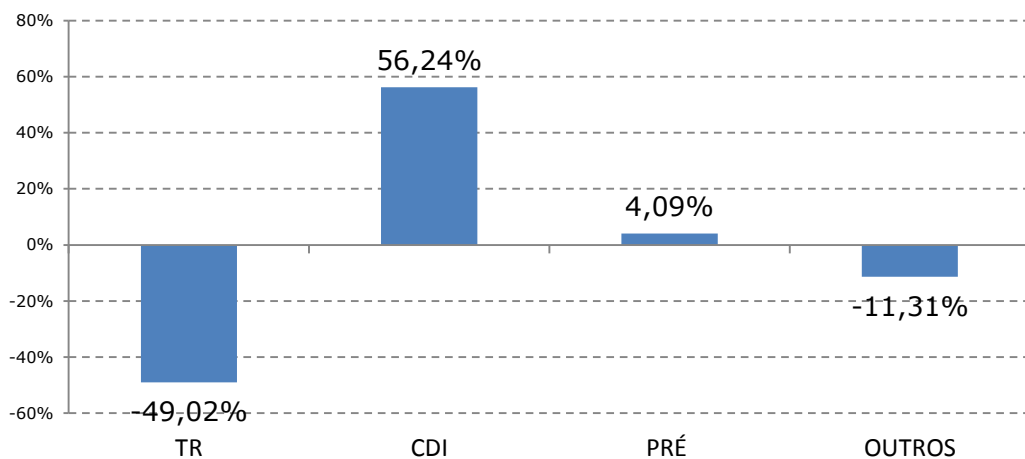
Realizam-se simulações em condições extremas de mercado - Testes de Estresse, inclusive quebra de premissas, cujos resultados são considerados no estabelecimento ou na revisão das políticas.

Os principais riscos de mercado assumidos concentram-se nas operações de renda fixa, considerando que as classes de ativos monitorados são CDI e TR.

O passivo da Instituição está lastreado no Fator de Risco (FR) pós-fixados em TR, representando em média 80,58% das obrigações, particularmente em função da remuneração dos recursos de poupança, enquanto no ativo a média apresenta 33,26% neste FR, correspondente às operações de financiamento imobiliário, exceto Material de Construção, que possui taxa prefixada.

De acordo com a Gerência Financeira (GEFIN), o custo de poupança no ano correspondeu a 6,87% e, do CDI, 10,81%.

Descasamento dos Fatores de Risco



A origem dos recursos da POUPEX está concentrada em Caderneta de Poupança, em menor parte em Depósitos Especiais (DE), indexados à TR e ao CDI, respectivamente, em Reserva de Lucro e outras obrigações. Assim, a TR é o indexador que se vincula à operação mais representativa das obrigações da Instituição.

Assim como nas obrigações, as taxas também têm comportamento diferenciado nas aplicações de recursos, já que as vinculados ao Financiamento Imobiliário, principal destinação, têm como indexador a TR acrescida de uma taxa pré.

Para a carteira de aplicações financeiras constam os Títulos Privados, que são representados pelos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), Fundos de Investimentos e Letras Financeiras (LF), que estão atrelados à taxa de CDI. Há, ainda, o Certificado de Recebível Imobiliário (CRI), cuja indexação está vinculada ao IGP-M.

Os testes de estresse, que considera possibilidades de perdas correspondentes aos percentuais de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação devem variar, aproximadamente, de acordo com o apresentado no quadro abaixo:

Fator de Risco	% em relação ao PR	dez-13	dez-14
TR	5%	0,61%	0,73%
	10%	1,25%	1,50%
	20%	2,64%	3,20%

Os saldos das operações vinculadas ao IGP-M e Pré não são significativos em relação ao Patrimônio de Referência, e, por isso, não são realizadas simulações correspondentes, principalmente se considerado o fato de que em caso de perda total de tais posições, o impacto seria inferior a 5% do PR.

Entre as exigências de disponibilização de informações, o Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) continua sendo remetido ao BACEN, conforme previsto pela Circular Nº 3.642/13, até que seja definida nova metodologia para cálculo do PR para caso específico da POUPEX.

Das avaliações realizadas, verifica-se ter havido redução elevada no somatório das parcelas disponíveis para negociação, devido ao resgate de posições em Fundo de Investimento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	R\$ mil	
Carteira "Trading" em Relação ao PR*	dez-13	dez-14
Somatório das Parcelas	31.325	7.868
% em relação ao PR	5,66%	1,21%

Obs.: *Patrimônio de Referência

Na abordagem relacionada ao comportamento da carteira, constata-se que a Taxa Interna de Retorno (TIR) relacionada ao material de construção é de aproximadamente 21,09%, estando bem acima da do CDI, que encerrou o ano em 11,75%.

III RISCO DE LIQUIDEZ

Em conformidade com o Banco Central do Brasil, Risco de Liquidez é o desequilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, no sentido de mensurar possíveis descasamentos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez identifica, avalia, monitora e controla os riscos individualmente. A Diretoria e o Conselho de Administração asseguram que a Instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez, mediante políticas e estratégias claramente documentadas para a gestão desse risco.

Há um plano de contingência de liquidez, anualmente atualizado, que estabelece responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse, realizando os referidos testes com cenários de curto e de longo prazo, de acordo com o perfil da Instituição, cujos resultados são considerados no estabelecimento ou revisão das políticas.

Essa contingência está apoiada em recursos aplicados em fundos de investimentos, CDI-OVER e operação compromissada com o Banco do Brasil (BB), o que garante situação confortável para a instituição, já que na hipótese de haver uma fuga de recursos de poupança em percentuais correspondentes a 5%, 10% e 20% e, também, 100% dos clientes dos depósitos especiais, a liquidez ainda seria próxima a 2,66, 2,09 e 1,47, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir:

Direito x Obrigações	dez-13	dez-14
Fuga de 100% de DE mais:		
5% dos Recursos de Poupança	2,50	2,66
10% dos Recursos de Poupança	2,01	2,09
20% dos Recursos de Poupança	1,45	1,47

Traçando paralelo com instituições financeiras representadas por bancos de pequeno porte, que possuem posições quantitativas equivalentes às da POUPEX,

verifica-se que a média do índice de liquidez de curto prazo é de 1,59, segundo informações do RiskBank de Set/2014.

De acordo com a Política de Risco de Mercado e Liquidez, o limite mínimo de disponibilidade é baseado no comportamento do fluxo de caixa dos últimos seis meses, que se manteve nos parâmetros estabelecidos pela Instituição, conforme ilustração a seguir:

R\$ mil

Acompanhamento	dez-13	dez-14
Disponível	2.048.328	2.175.959
Margem / Insuficiência	1.206.501	1.272.078

IV RISCO DE CRÉDITO

1. Carteira de Financiamento Imobiliário

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras junto à Instituição, nos termos pactuados.

A atividade básica da POUPEX é captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados, por intermédio do financiamento imobiliário, e o Risco de Crédito pode também ser evidenciado pelo desempenho dessa carteira.

A gestão do desempenho dessa Carteira prevê análise por meio da Perda Esperada (PE) e do Índice da Qualidade da Carteira (IQC), que tem por base a metodologia aplicada pelo RiskBank para avaliar instituições financeiras.

Abaixo se assinala o estágio desses índices em relação às operações da POUPEX.

Indíces	Limites	dez-13	dez-14
IQC	Mín.7,00	8,14	8,13
PE	Máx. 0,42%	0,28%	0,33%

Perda esperada (PE) da carteira equivale à confrontação do somatório das provisões e créditos baixados para prejuízo mensalmente com o total da carteira de financiamento imobiliário, quando se considera uma amostra de dados dos últimos três anos, desprezando aqueles que se apresentam fora do padrão.

Pela utilização dessa métrica, alcançou-se uma média de perda correspondente a 0,31%, com um desvio de 0,06%, o que permite à Instituição monitorar os resultados e adotar os procedimentos operacionais necessários, para as situações em que esse índice se apresenta superior ao limite de alerta definido em política.

Esse limite é resultado do comportamento da carteira e revisto anualmente, sendo que o índice vem sendo mantido pela Instituição em atendimento ao patamar estabelecido.

O IQC, por sua vez, afere a qualidade da carteira de financiamento imobiliário pelo potencial de risco de não cumprimento da contraparte, tendo como parâmetro as faixas de “ratings” criadas a partir da Resolução Nº 2.682/99. Esclarece-se que a POUPEX adota como 7,0 o limite mínimo para considerar a carteira de crédito satisfatória, enquanto o mercado considera 7,5, pela métrica do RiskBank.

Apesar de haver monitoramento regular do comportamento dessa carteira no sentido de mantê-la em patamar confortável, inclusive com reflexos na formação do resultado operacional, admite-se buscar alternativas junto aos mutuários para tratamento de eventuais situações de inadimplência, para o caso de o índice apresentar-se inferior ao limite mínimo de 7%.

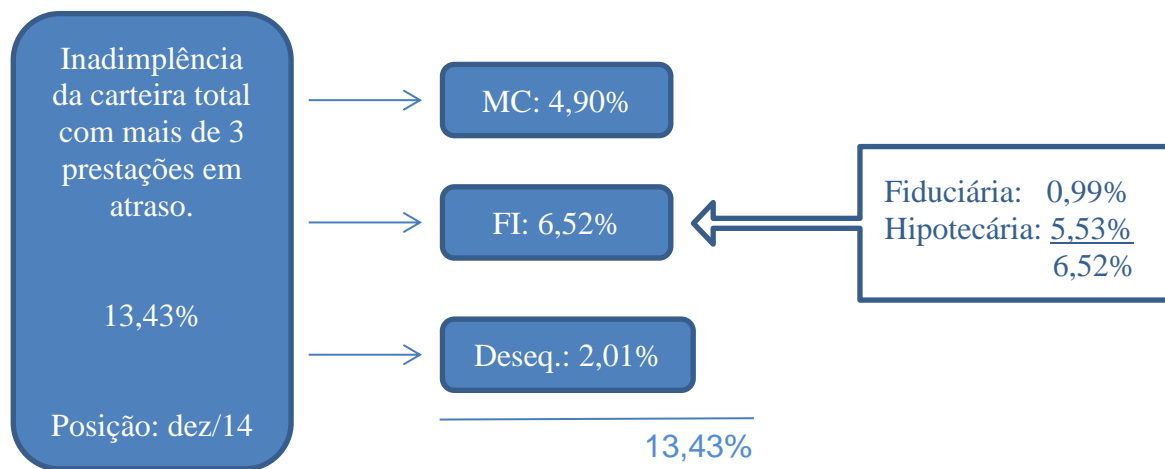
Reforça-se, ainda, que os resultados positivos do IQC têm origem, também, na metodologia conservadora atribuída à concessão do crédito, que se utiliza de critérios consistentes para avaliar a capacidade do cliente em honrar o compromisso assumido junto à Instituição.

O IQC da POUPEX vem se mantendo em nível superior ao mínimo aceitável, permanecendo, em 2014, com a média de 8,06, correspondente a 8,36 para as operações em curso normal, e 0,30 em anormal, tendo finalizado o exercício com 8,13.

Os bancos de pequeno porte, referência comparativa de mercado para a POUPEX, apresentaram média de 7,23, segundo posição de Set/2014. Além disso, caso a Instituição desconsidere os contratos desequilibrados, o IQC alcança 9,12.

A gestão de Risco de Crédito prevê ainda outras ações, como o acompanhamento do grau de inadimplência e a verificação da concentração do saldo devedor em faixas de níveis de risco previstos pela Resolução Nº 2.682/99, com reflexos no provisionamento e na formação do resultado.

Considerando a realidade da carteira, o quadro a seguir apresenta posição detalhada do comportamento da inadimplência da Instituição:



Analisando a inadimplência por tipo de garantia, verifica-se que as operações com alienação fiduciária apresentam inadimplência reduzida, enquanto as com garantia hipotecária possuem elevada inadimplência. Contudo, vale ressaltar que a política atual da Instituição é de conceder financiamento imobiliário apenas às operações com garantia vinculada à alienação fiduciária.

De acordo com a classificação da carteira de operações de crédito registrada na Rubrica Contábil 3.1.0.00.00.00.00, a Instituição vem mantendo em bom patamar o nível de “*rating*”, finalizando o ano com 37,00% e 41,91%, correspondentes aos níveis AA e A, conforme detalhamento a seguir:

Nível	dez-13	dez-14
AA	28,36%	37,00%
A	53,47%	41,91%
B a G	17,48%	20,47%
H	0,68%	0,62%
Total das Carteiras	100%	100%

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Como informado, à Carteira de Financiamento Imobiliário aplicam-se os níveis de riscos previstos na Resolução Nº 2.682/99, ficando evidenciado que o Fluxo de Operações Baixadas para Prejuízo e o Montante de Provisões no corrente ano se mantiveram estáveis, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	R\$ mil	
	dez-13	dez-14
Montante de Provisões	68.203	67.352
Valores Baixados para Prejuízo	3.288	3.350
Valores Recuperados de Prejuízo	3.284	4.426

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Na composição da carteira, evidencia-se que a exposição dos dez maiores clientes em relação ao total das operações se apresentou estabilizada, conforme indicado abaixo:

Descrição	dez-13	dez-14
Carteira Completa	1,16%	1,20%

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Na sequência da movimentação da carteira, indica-se a seguir o montante das operações em atraso segregadas por faixas, excluídas as já baixadas para prejuízo:

R\$ mil

Faixas de Atrasos	dez-13	dez-14
Até 60 dias	71	31
Entre 61 e 90 dias	236	413
Entre 91 e 180 dias	2.375	716
Acima de 180 dias	2.680	2.871
Valor Total	5.362	4.031

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Para o que se refere à exposição por fator de ponderação, se consideradas as taxas de custo de poupança, por exemplo, não houve variações relevantes, como demonstrado a seguir:

R\$ mil

Exposição por Fator de Ponderação	dez-13	dez-14
0%	821.106	886.124
20%	2.188.156	2.420.384
50%	1.524.770	1.754.562
100%	736.704	758.503
Valor Total das Exposições	5.270.736	5.819.573

Na distribuição das operações por região demográfica, considerando o alcance de R\$ 1 bilhão no montante da carteira, verifica-se que 50,74% estão concentrados no centro-oeste, tendo como principal produto o imóvel residencial.

R\$ mil

Região	dez-13	dez-14
Norte	34.895	35.596
Sul	154.813	136.889
Nordeste	130.837	133.079
Centro-Oeste	464.362	507.882
Sudeste	210.210	187.520
Valor Total das Exposições	995.118	1.000.966

Obs.: principal mais renda a incorporar, exceto Plano Empresário, de valores com características de operações de crédito.

Considerando-se a distribuição da carteira por Setor Econômico, vislumbra-se a realidade do quadro a seguir:

R\$ mil

Setor Econômico	dez-13	dez-14
Imóvel Residencial	987.114	987.030
Imóvel Comercial	5.340	6.284
Empresário	142.763	118.074
Demais Operações de Crédito	2.663	7.652
Valor Total das Exposições	1.137.880	1.119.040

Obs.: principal mais renda a incorporar, exceto Plano Empresário, de valores com características de operações de crédito.

Reforça-se que a mitigação do Risco de Crédito conta ainda com análise preliminar da situação econômico-financeira do proponente, tanto para pessoa física como jurídica, valendo-se de uma Matriz de Risco, que observa os itens indicados no Art. 2º, da Resolução N° 2.682/99.

Na atribuição do nível de risco são levados em consideração os seguintes aspectos:

- em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, por meio do grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, pontualidade, setor de atividade econômica e limite de crédito; e

- em relação à operação: finalidade da transação, características das garantias e valor.

A Instituição considera iniciada a operação de financiamento quando recebida a documentação indispensável para se promover as análises de viabilidade técnica, jurídica e de avaliação da garantia do crédito.

Como consequência, só se efetiva a operação quando da formalização do contrato de mútuo, que é submetido ao Cartório de Registros de Imóveis para dar publicidade ao ato e revestir a operação de cobertura jurídica adequada.

Concomitantemente, a operação é registrada tanto nos livros contábeis como na unidade geradora de caixa, permitindo a evolução e os desdobramentos de saldo.

Em julho do ano corrente a POUPEX implementou a Matriz de Reclassificação de Risco, em observância ao que prevê a Resolução Nº 2.682/99, Art. 4º, Inciso II e demais normativos correspondentes, cuja aplicabilidade impactou positivamente no resultado da carteira até o final do exercício.

2. Carteira de Aplicações Financeiras

A carteira de aplicações financeiras encontra-se alinhada aos limites definidos nas Normas de Aplicação de Recursos Financeiros da POUPEX, finalizando o exercício com quase 100% dos recursos alocados em instituições de 1ª Linha, o que representa baixo risco para longo prazo, conforme se vê abaixo:

Categoria	dez-13	dez-14
1ª LINHA	98,65%	99,55%
2ª LINHA	1,35%	0,45%
3ª LINHA	0,00%	0,00%
TOTAL	100,0%	100,0%

V CONCLUSÃO

A demanda dos órgãos reguladores, numa tentativa de aproximar-se das melhores práticas internacionais, vem instigando as Instituições financeiras a voltarem a atenção para o desenvolvimento de metodologias mais adequadas para a mensuração dos riscos.

A POUPEX é integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), e, por meio da CORCI, tem atuado com a finalidade de acompanhar as atividades internas referentes à Gestão de Capital e Riscos.

Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos, desenvolvidos com as ferramentas disponibilizadas pela Instituição, estão de acordo com a natureza das operações e complexidade dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos, mas sem deixar de observar a realidade do mercado.

A metodologia adotada pela POUPEX, na alocação de capital para risco operacional, tem por alicerce o Método Básico, indicador que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.

No que pese o cenário econômico no corrente ano, destaca-se que os índices da Instituição apresentaram flutuações desprezíveis, resultante do desempenho positivo nas diversas carteiras dos produtos, mantendo-se em patamares sólidos e satisfatórios quando equiparados com outras do mesmo porte no mercado.

Por fim, as informações disponibilizadas neste relatório são da responsabilidade da Administração Superior da Instituição, considerando a abordagem e o detalhamento utilizados para tratamento dos dados, validados para publicação na página da POUPEX na Internet (www.poupex.com.br), conforme instrução do órgão regulador.

Brasília – DF, 9 de fevereiro de 2015.



ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI